

Povos Indígenas no Brasil

Fonte FOLHA DA TARDE Class.: 532
Data 26/12/82 Pg.: _____

Presidente da Funai esclarece atuação

BRASÍLIA (PT) — O presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, que assumiu o órgão no dia 19 de outubro e se tem recusado sistematicamente a receber a imprensa, disse ontem que "não há qualquer política de silêncio", negando ainda que seu procedimento tenha como objetivo afastar a Funai do noticiário. "Apenas quero tomar pé da situação" — afirmou o coronel, fazendo um rápido balanço de seus dois meses de atividades.

Dentre as medidas adotadas desde que assumiu a presidência, o coronel Leal destacou a resolução do problema do índio Marcos Terena, piloto brevetado pela Força Aérea Brasileira e que não podia exercer a profissão, impedido pela própria Funai. A antiga presidência do órgão não permitiu a participação de Marcos Terena no concurso de piloto da

Funai, argumentando que ele é tutelado. Informou o coronel Leal que "Marcos Terena está liberado, pode voar e já recebeu a proposta de trabalhar como piloto do governador Pedro Pedrossian, de Mato Grosso do Sul".

Outro problema que está sendo enfrentado pelo coronel Leal é a questão da terra dos Tapiirapé de Santa Terezinha (MT). Ele visitou a reserva desses índios, que perderam 700 hectares para a empresa Tapiraguai durante a administração do coronel Nobre da Veiga. O novo presidente da Funai ainda não sabe que decisão tomar em relação aos Tapiirapé, mas garante que os índios terão suas terras de volta.

DELIMITAÇÃO

Ainda no setor de terras, o coronel Leal está planejando

delimitar a área dos índios Tikuna que vivem no rio Solimões, atendendo à reivindicação feita pelo caciques Pedro Inácio, Adércio Custódio e José Demétrio. Informou o coronel Leal que antes do dia 15 de janeiro será enviada à área do Solimões uma equipe de técnicos da Funai para estudar a delimitação.

Quanto à criação do Parque Yanomami, o coronel informou que o caso está entregue ao Conselho de Segurança Nacional. Ele acredita que a solução para o Parque Yanomami pode vir a partir do acordo entre a Secretaria Especial do Meio Ambiente, IBDF e Funai, no sentido de criarem um conselho diretor para trabalhar na área. Ele não fez, entretanto, qualquer referência sobre a possível data de interdição da área Yanomami.